



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019
PROCESSO Nº AA.039.1000433/19-77**

**CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – EMATER/PI E A
EMPRESA MEGA-ON SOLUÇÕES LTDA-ME PARA
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - LOCAÇÃO DE MÃO DE
OBRA.**

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio do **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – EMATER/PI**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.688.451/0001-40, com sede na Rua João Cabral, 2319, Teresina-PI, neste ato representada por seu Diretor Geral, FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, inscrito no CPF sob o nº 105.783.903-53 e RG nº 269.778, residente nesta cidade, Rua Nilo Soares da Silva nº 1039, bairro Ininga – CEP: 64049-778, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **MEGA-ON SOLUÇÕES LTDA-ME** com sede na Rua Lisandro Nogueira nº 1575, Centro-norte, inscrita no CNPJ sob o nº 10.675.963/0001-49, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, GILBERTO CAMPELO LIMA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 353.274 SSP/PI e CPF nº 182.071.383-00 residente e domiciliado na Quadra 246, casa 13, Dirceu Arcoverde II, Teresina-PI, com fundamento no Processo Administrativo Nº AA.039.1000433/19-77, na Lei nº 8.666/93, Decreto Federal 5450, de 31/05/2005, Decreto Federal 5.504, de 05/08/2005, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Estadual 6.301 de 07/01/13 Dec. Estadual nº 11.346 de 30/03/04, Decreto Estadual 11.319 de 13-02/04, Lei Complementar nº 123/2006, IN 02/08 e demais normas aplicadas ao caso em espécie, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 001/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra terceirizada, de natureza contínua, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência conforme quadro abaixo:





**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

Vinculado à SDR



ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	QTD/ POSTOS	REQUISITOS MÍNIMOS
1	Operador de Micro Computador	Organizar a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando tele impressoras e microcomputadores registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever, atendem necessidades do cliente interno e externo. Supervisionam trabalhos e equipe e negociam serviço com cliente 44 horas.	44 horas semanais	20	Ensino Médio Completo
2	Auxiliar de Serviços Gerais	Realizar a Limpeza e a conserva das instalações e equipamentos dos prédios onde funcionam as unidades da Administração; executar eventuais mandados, fazer chá ou café assim como servi-los, águas e tarefas correlatas, carregar e descarregar móveis e equipamentos em veículos; tarefas manuais simples que sejam esforço físicos, certos conhecimentos e habilidades elementares; efetuar a coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial; recolher o lixo de mercado público e feira livres; executar tarefas de limpeza em geral, inclusive com remoção de entulhos, carregar e descarregar veículos de transporte de lixo; limpar terrenos, limpar e conservar galerias, esgotos e canais, incinerar lixo; efetuar demolição de construção irregulares e remover material e sobras de construção jogados em vias públicas; auxiliar na construção de andaimes, palanques e outras, executar tarefas braçais como: abrir valas, tapar buracos, capinar roçar, quebrar pedras, limpar ralos, auxiliar na pintura de	44 horas semanais	16	Ensino Médio Completo







		signalizações, auxiliar no plantio, adubagem e poda, operar máquinas manuais e bater estacas, trabalhar com emulsão asfáltica,			
--	--	--	--	--	--



1.2 O Presente instrumento Contratual vincula-se ao Processo nº AA.039.1.000433/19-77, à Dispensa de Licitação de nº 001/2019; ao Termo de Referência e ao Parecer da PROJUR/EMATER-PI nº 038/2019;

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

O contrato terá a vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, vedada sua prorrogação, conforme estabelece o Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA TERCEIRA -- PREÇO

3.1. A Contratante pagará à contratada, pela execução dos serviços objeto deste Contrato, o valor mensal equivalente de R\$ 120.795,20 (cento e vinte mil e setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), sendo o valor global do contrato para o período de 180 (cento e oitenta) dias correspondente à R\$ R\$ 724.771,20 (setecentos e vinte e quatro mil e setecentos e setenta e um reais e vinte centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA QUARTA -- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para a contratação de serviço de mão de obra terceirizada para o INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – EMATER/PI serão feitas na: ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 150202; FUNÇÃO 04; SUBFUNÇÃO 122; PROGRAMA 0090; PROJETO/ATIVIDADE 2000, NATUREZA DA DESPESA 339037; FONTE 100.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.





CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLAUSULA OITAVA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O regime de execução dos serviços são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

1.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

1.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

1.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

1.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.4.3. Indenizações e multas.

1.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do



contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

1.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

1.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

1.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

1.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

1.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

1.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

1.9.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

1.9.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

1.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

I - caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

II - interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

I - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

II - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

III - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Fls.: 081
Proc.: 677/13

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, pela Lei nº 10.520/02, Lei Estadual 6.301/2013 Decretos Estadual nº 11.346/2004, nº 11.319/2004, nº 14.483/2011 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e demais normas reguladoras da matéria, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

O contrato e seus eventuais aditamentos somente terão validade e eficácia depois de aprovados pela Autoridade Competente e publicados, por extrato, no Diário Oficial Do Estado. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É eleito o Foro de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Teresina (PI), 10 de Junho de 2019.

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO
DIRETOR GERAL – EMATER/PI
CONTRATANTE

GILBERTO CAMPELO LIMA
REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

